

**Coletivo Xica Manicongo:**  
**Transepistemologias, Lutas coletivas e Políticas públicas**

**Xica Manicongo Collective**  
**Transepistemologies, Collective Struggles and Public Policies**

Larissa Engelmann<sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás

**Resumo:** O objetivo deste artigo é narrar a construção do Coletivo Xica Manicongo-UFG – Coletivo de Estudantes Trans Travestis da Universidade Federal de Goiás –, em 2022, para dar visibilidade às suas ações políticas na universidade, por meio da produção e mobilização de transepistemologias, proposituras e construções de políticas públicas (2022-2025) para estudantes Trans Travestis na UFG. Com base em documentos elaborados pelo Coletivo, além de outros coproduzidos pela UFG, trago a narrativa das mobilizações de corpos/os trans e travestis negras/os, com seus desdobramentos em políticas públicas históricas e recentes nesta universidade. O artigo *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*, de Jaqueline Gomes Jesus (2019), e o conceito de “transnarrativivências”, da autora (2024), fundamentam as problematizações feitas nesta narrativa. A narrativa segue o curso dos acontecimentos e dos eventos, de modo a visibilizar as transpotencialidades emergentes pelas corpos e pelos corpos Trans Travestis na universidade. Justifica-se tal produção, considerando-se os avanços e desafios que marcam a trajetória dessa universidade e suas relações com grupos minorizados, em especial a população trans, e a força de reexistência como uma ação transformadora na universidade.

**Palavras-chave:** Coletivo Xica Manicongo-UFG; Transepistemologias; Transnarrativivências; Políticas Públicas.

**Abstract:** This article aims to narrate the construction of the Xica Manicongo-UFG Collective – Trans Transvestite Students’ Collective of the Federal University of Goiás –, in 2022, to give visibility to its political actions at the university, through the production and mobilization of transepistemologies, proposals and construction of public policies (2022-2025) for Trans Transvestite students at UFG. Based on documents prepared by the Collective, in addition to others co-produced by UFG, I present the narrative of the mobilizations of black trans and transvestite bodies, with their developments in historical and recent public policies at this university. The article *Xica Manicongo: transgeneridade toma a palavra*, by Jaqueline Gomes Jesus (2019), and the concept of “transnarrativivências”, by the author (2024), support the problematizations made in this narrative. The narrative follows the course of events in order to make visible the emerging transpotentialities of transvestite bodies at the university. This production is justified by considering the advances and challenges that mark the trajectory of this university and its relations with minority groups, especially the trans population, and the force of re-existence as a transformative action at the university.

**Keywords:** Xica Manicongo-UFG Collective; Transepistemologies; Transnarrativisms; Public Policies.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Coletivo Xica Manicongo-UFG. Email: larissaeugelman@discente.ufg.br

**Recebido em 17 de novembro de 2024.**

**Aprovado em 16 de dezembro de 2024.**

## **Introdução**

Em 2022, na retomada presencial das aulas e atividades, nasceu o Coletivo Xica Manicongo-UFG, um Coletivo de Estudantes Trans Travestis da Universidade Federal de Goiás. Conscientes e sobrevivendo da e à negação do direito à educação, promovida e mantida contra a população transgênera no Brasil, essa coletividade, politicamente organizada, originou-se das transvivências compartilhadas tanto na universidade quanto fora dela e, aos poucos, foi confluindo, inscrita nas transnarrativivências (Autora, 2024) de corpos-vozes transgêneras de travestis negras, racializadas ou negrificadas pela colonialidade moderna escravagista euro-judaico-cristã.

Desde sua criação, as (d)enunciações públicas do Coletivo Xica Manicongo, baseadas quase que unicamente nos dados gerados e publicados pela Antra (2020), com suas ações e organização, culminaram em políticas públicas, *a priori*, paliativas, específicas para discentes transgêneras. Essas políticas visavam à inclusão na graduação, por meio da reserva de vagas e da permanência para a população trans na universidade e, de modo especial, para as pessoas trans negras, em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

A insurgência de um coletivo de estudantes transgêneras numa universidade pública possibilitou diversas ações e desdobramentos na UFG, gerando políticas públicas e construindo conhecimento de fundamental importância para toda a sociedade, para as instituições públicas e privadas, bem como para a própria população trans. A relevância social do trabalho realizado, nos últimos dois anos, pelo Coletivo Xica Manicongo, está registrada em documentos oficiais da UFG, na permanência de estudantes trans nesta universidade, por meio das ações afirmativas de promoção da permanência e na abertura e na possibilidade de ingresso no ensino superior por meio de reserva de vagas para essa população, através do programa *UFGInclui*, a partir de 2025.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) institui a educação como direito público e subjetivo, determinando no Art. 205 como “Direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida e incentivada por toda a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e para a qualificação

para o trabalho. No Art. 206, estabelece os princípios que devem orientar a promoção da educação: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, CF, 1988).

Todavia, em contraposição ao ordenamento constitucional, segundo a Antra (2020, s/p), “cerca de 70% da população trans<sup>2</sup> não conclui o ensino médio e apenas 0,02% acessam o ensino superior”. Esses números denunciam que um segmento da população brasileira não acessa ou não permanece na escola, nem mesmo na educação básica. Não é surpresa, pois as pessoas trans e travestis (T), dentro do escopo de grupos minorizados, organizados politicamente sob a sigla LGBTQIA+, é a categoria mais vulnerabilizada em todas as dimensões da vida social que desenham ou borram a (im)possibilidade de suas dignidades humanas. As instituições primárias da sociedade – a família, a escola e a igreja – são as que rejeitam, excluem e expulsam essas pessoas.

Sobre a exclusão acentuada de pessoas trans travestis da educação básica e, mais ainda, do ensino superior, a intersecção entre raça, gênero, classe e território oferece algumas explicações a respeito. No Brasil, mais de 90% dessa população, mais pontualmente, as mulheres trans e/ou travestis negras, faveladas/periféricas, estão sobrevivendo subjugadas à prostituição compulsória, sendo, por isso, as “[...] que enfrentam ainda mais dificuldade de acesso a direitos básicos, as que têm os menores índices de escolaridade e as submetidas e que enfrentam os processos de maior vulnerabilização” (Antra, 2020, s/p).

Mulheres trans travestis negras e negrificadas – “pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher, pois vivencia papéis de gênero feminino” (Jesus, 2012, p. 16) – enfrentam, no Brasil, o racismo e a transfobia, interseccionados com classe e território. Esses “corpos-existências” (Autora, 2024, p. 56) são colocados no limiar da desumanização total de suas experiências em um mundo cisheteronormativo, euro-judaico-cristão, restando-lhes, por imposição estrutural, a prostituição compulsória e a morte premente e prenunciada por uma expectativa de vida de 35 anos de idade.

Por serem submetidas, ao longo de suas vidas, a violências que lhes impedem de seguirem seus percursos educativos, devido à sua condição, identidade e/ou expressão de gênero, logo, são excluídas, expulsas e evadidas do ambiente escolar e da educação formal, de maneira mais ampla, bem como de demais espaços sociais públicos e privados,

---

<sup>2</sup> Esse é um “termo genérico, que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento” (Jesus, 2012, p. 11).

inclusive institucionais, como da saúde, do mercado de trabalho, das políticas habitacionais, da segurança pública, do lazer etc.

Eu, a autora desta discussão, sou uma mulher travesti negra favelada, graduada em Linguística (FL/UFG, 2021), mestra em Antropologia Social (PPGAS/UFG, 2024) e doutoranda em Estudos Linguísticos (FL/PPGLL/UFG). Ingressei na UFG em 2015, por meio de ações afirmativas (Lei 12.711/2012, *Lei de Cotas*) e, desde 2018, tenho me posicionado e realizado pesquisas e reflexões sobre inclusão, permanência e políticas públicas de promoção da equidade para grupos minorizados na educação. Sou a primeira pessoa da minha família a concluir o ensino médio e a única a acessar o ensino superior e a pós-graduação. Afirmando que essa inclusão não me teria sido possível sem as políticas de ações afirmativas, sem as políticas de ingresso e permanência na universidade. O objetivo primordial deste artigo é defender propostas de políticas de ações afirmativas construídas pelas bases, pelos grupos que delas dependem e delas sobrevivem.

### **1. Faltam Políticas Públicas para Pessoas Transgêneras na UFG**

A Universidade Federal de Goiás foi fundada em 1961. Seu histórico de ações efetivas para a inclusão de populações sociohistoricamente minorizadas em seu quadro discente, começa em 2008, com a aprovação da Resolução Consuni N° 29, que institui o *UFGInclui*, com a reserva de vagas na graduação, a partir de 2009, para estudantes oriundos/as de escola pública, de baixa renda, indígenas e quilombolas. Em 2012, a Resolução 29/2008 foi atualizada, incluindo reserva de vagas para estudantes surdos/as para o curso de Letras: Libras da Faculdade de Letras.

O processo histórico de inclusão da UFG, a partir de 2008, representa um avanço. Entretanto, revela a manutenção de um processo histórico de exclusão, no que se refere à população trans/travesti. A única menção institucional a essa população, de 2008 a 2023, foi em 2014 acerca da possibilidade de uso do direito ao “nome social” a todes, “cujo nome de registro civil não reflita a sua identidade de gênero” (Consuni, 2014).

Ainda assim, a Resolução Consuni N° 14/2014 apresentou fragilidade no cumprimento, pois, em 2023, uma estudante trans de identidade de gênero feminina teve seu nome social desrespeitado, ao ter anunciado no microfone da cerimônia da colação de grau (formatura) o nome de registro civil, ainda não retificado. Além disso, ao desenrolar o diploma recebido, a estudante conferiu que o mesmo nome se encontrava, “desatentamente”, gravado em seu diploma.

Essa situação gerou um constrangimento institucional, houve uma tentativa de acordo, em que a UFG se propôs a atualizar o documento. A atualização ocorreu, depois de aprovada, ainda no mesmo ano, por meio da Resolução Consuni N° 182, de 20 de janeiro de 2023. Segue um recorte do documento, que pontua atenção necessária à reparação do “equivoco” cometido, em ofício, pela universidade:

Art. 8° Constará nos documentos oficiais, como histórico escolar, certificados, certidões, atas de reuniões e defesas, diploma de conclusão e demais documentos oficiais relativos às atividades acadêmicas estudantis, o nome social da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome civil que constará no verso do documento. (Consuni/UFG, 2023).

O reconhecimento do direito ao uso do nome social foi a única ação política pública na UFG, até 2023, contemplando, ainda que fragilmente, a população trans. Para seguir contribuindo com a construção de uma sociedade democrática e de direito, a universidade precisa, urgentemente, se reeducar, pois “só se levanta para ensinar, quem primeiro se sentou para aprender” (provérbio Yorubá). A dignidade humana, princípio constitucional, se antepõe à ética acadêmica ou a quaisquer pressupostos de integridade apregoado na academia. É imoral se falar em ética e integridade sem assumir responsabilidades básicas de garantia e de segurança da dignidade humana de todas as pessoas, das comunidades universitárias ou de qualquer outro contingente social.

## **2. Transepistemologias Negras em confluências de vozes subalternizadas**

Já disse e repito que em 25 de maio de 2022, após o período pandêmico (de Covid-19) mais acentuado, quando a UFG retomou as suas atividades presenciais na graduação, pós-graduação e educação básica (CEPAE-UFG), com o retorno às aulas, aos espaços universitários, às atividades acadêmicas, um grupo de pessoas trans/travestis passou a se (re)encontrar nos corredores dos prédios e unidades, nos restaurantes universitários, nos espaços de convivência da universidade. Esse movimento foi constituído por um grupo formado por travestis predominantemente negras faveladas ou periféricas, todas oriundas da escola pública, de origem não somente goianiense ou goiana, mas de outros estados.

Essa retomada me parecia ter certa, senão completamente, busca por sobrevivência. Entre as travestis falávamos o quanto foi bom termos vencido “mais uma”. Mais uma batalha. Voltamos a nos ver mais e a estarmos mais juntas, em especial, eu e, pelo menos, mais cinco travestis negras. Com o retorno, sentíamos que tínhamos superado

uma terrível fase, mas logo íamos voltando a experienciar o cotidiano da “vida normal”, que, para muitas pessoas trans e, sobretudo, travestis negras, nunca foi mais seguro.

A maioria de nós era estudante de graduação de diversos cursos e áreas, tais como: Artes Visuais, Letras, Direção de Arte, Ciências Sociais: Políticas Públicas, Matemática, Dança, História, Engenharia Ambiental e Sanitária, Artes Cênicas etc. Na pós-graduação, eu estava no primeiro ano de mestrado em Antropologia Social (2022), tendo concluído graduação em Letras: Linguística (FL/UFG, 2021). Nesses encontros, entre corpos transgêneros, passamos a compartilhar nossas experiências de pessoas trans, nossas transnarrativivências, na universidade.

As demandas iam ressurgindo, sendo retomadas, voltávamos a falar e compartilhar umas com as outras as situações de transfobias cotidianas que iam voltando a acontecer, como “normalmente”, antes do afastamento social. A transição de gênero ou, “simplesmente”, a assumência de suas identidades travestis, era pauta importante em nossas conversas, pois algumas dessas universitárias travestis negras haviam transicionado no período mais tenso da pandemia, marcado pelo lockdown (2020).

Nossas primeiras conversas foram marcadas por narrativas tensas e violentas, eram diversas as violências transfóbicas e racistas que eram narradas por essas corporeidades dissidentes do modelo colonial euro-judaico-cristão, vividas em sala de aula, nos corredores, no restaurante universitário, nos banheiros de vários prédios da UFG. Em nossas vivências, conversas e narrativas que emergiam, logo percebemos o quanto nossas demandas, especificamente, as relacionadas à UFG, eram coletivas. Entre nós, compreendemos, conversando e convivendo, que precisávamos nos mobilizar coletivamente. Nossas vozes dispersas eram só vozes submersas em meio a um ambiente, sistematizado transfobicamente, contra as nossas presenças.

As demandas eram diversas, eram muitas, todavia muito parecidas. Iam desde o desrespeito ao nome, desrespeito no tratamento, posturas de constrangimento como olhares de depreciação a atitudes de rejeição e afastamento, em sala de aula, por parte do restante da turma, sempre todas e todos cisgêneros/os. Uma dificuldade marcada na socialização, nas atividades de grupo e sérias demandas socioeconômicas, diretamente ligadas à inação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis foi sua postura de negação ao direito de moradia, seja por vaga em Casa de Estudante ou pelo repasse de bolsa moradia. Muito do que que vivi, vi e ouvi, não teria fôlego para descrever nesta narrativa.

Foi nesse período, a partir de maio e durante todo o ano de 2022, que ouvi e registrei muitas narrativas, vivências e compartilhamentos, em meu Diário de Campo<sup>3</sup>, sobre tudo o que nós travestis negras falávamos: nossas narrativivências.

### 3. Coletivo Xica Manicongo-UFG

Passaram-se seis meses de muitas conversas, encontros, diálogos, trans-travestivivências em compartilhamentos de transnarrativivências. No dia 3 de novembro de 2022, fundamos, oficialmente, o Coletivo Xica Manicongo-UFG, nome inspirado na nossa ancestral sequestrada do Congo, conforme retoma Jaqueline Gomes de Jesus (2021), em seu artigo *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*. Nossa primeira reunião oficial foi realizada online, via *Google Meet*, com ata assinada pelas pessoas presentes: eu mobilizadora, propositora e fundadora do Coletivo Xica Manicongo, com uma estudante travesti não-binária negra e neurodivergente do curso de Ciências Sociais: Políticas Públicas, e um transmaculino não-binário branco, hoje já graduado, com licenciatura em História.

Nessa primeira reunião, nem sabíamos por onde começar. Um mês depois, quando já divulgávamos o Coletivo, as demandas foram se multiplicando e outras pessoas trans, a maioria racializada e negrificada, foram se juntando à coletividade. Decidimos, então, que as reuniões seriam fechadas até um segundo momento, participando delas somente pessoas trans e travestis, porque estávamos todes muito sensíveis e a transcentralização do grupo e de nossas primeiras atividades era necessária.

Após algumas reuniões do Coletivo, logo já viria o mês de janeiro de 2023, mês importante marcado pelas entidades e associações de direitos humanos, em específico, de pessoas transexuais e travestis, como o “Mês da Visibilidade Trans”. Assim, em janeiro de 2023, já contávamos com dezoito pessoas trans e travestis, estudantes da UFG, mobilizadas no grupo de WhatsApp do Coletivo. Dessas, pelo menos oito eram travestis negras e dois eram homens trans negros/racializados. A maioria do Coletivo já era, como havia surgido em meio às nossas vivências, formada por pessoas trans e travestis

---

<sup>3</sup> O diário de campo é um documento de registros gráfico-textuais e semióticos de ocorrências e reflexões diversas que emergem no campo de pesquisa. Instrumento etnográfico de registros sistematizados e de fluxo contínuo.

negras/racializadas, havendo também as presenças de homens trans e transmasculines não-binários brancos, e mulheres trans brancas.

Pudemos, então, nos aproximar mais, enquanto pessoas transvestigêneres<sup>4</sup>. Cito aqui esse conceito, por ter sido mencionado em ofício, na fala do ministro do Supremo Tribunal Federal, quando, presidente do Superior Tribunal Eleitoral, o sr. Alexandre de Moraes, em referência e fala parabenizatória à Érika Hilton, ex-vereadora da Câmara Municipal de São Paulo e, desde 2023, deputada federal.

### 3.1 I Semana da Visibilidade Trans e Travesti na UFG

A *Primeira Semana da Visibilidade Trans e Travesti na Universidade Federal de Goiás* (2023) foi um marco político cravado pelas pessoas trans dessa universidade, em especial ao *Coletivo Xica Manicongo-UFG* – Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da UFG – que propôs e compôs a Comissão Organizadora do evento institucional cadastrado na Faculdade de Letras, sob coordenação da profa. Tânia Ferreira Rezende (FL/PPGLL/UFG). Reconhecemos ainda o apoio institucional da Secretaria de Inclusão – SIN da UFG e o irrestrito apoio e abrir das portas, literalmente, da Faculdade de Letras da UFG, por intermédio de seu Conselho Diretor.

#### UFG tem primeiro Encontro da Visibilidade Trans e Travesti

O Coletivo Xica Manicongo e a Secretaria de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (SIN-UFG) organizam, de 23 a 27 de janeiro, o I Encontro da Visibilidade Trans e Travesti da UFG. Há uma série de eventos agendados, incluindo mesas redondas, rodas de conversas entre coletivos e até aulas de vogue. O jornalista Rodrigo de Oliveira conversou com a coordenadora do Coletivo Xica Manicongo e idealizadora do evento, Larissa Engelmann.” (<https://jornal.ufg.br/n/164286-ufg-tem-primeiro-encontro-da-visibilidade-trans-e-travesti>)

Este evento realizado entre os dias 23 e 27 de janeiro de 2023 foi idealizado pelo Coletivo Xica Manicongo-UFG em razão das primeiras reuniões e demandas emergentes compartilhadas na formação do Coletivo e da aproximação do mês de janeiro, o Mês da Visibilidade Trans. Encorajamo-nos a realizar um evento que tratasse das nossas

---

<sup>4</sup> Termo usado para abarcar as palavras transexuais, travestis e transgêneros. No termo, ainda se observa a morfologia de gênero, em língua portuguesa, mais inclusiva, não marcando a binaridade *cistematicamente* imposta: transvestigêneres.

identidades e existências, especificamente, sobre as demandas de pessoas trans e travestis na UFG. O desafio que se punha, *a priori*, é que nunca um evento dessa temática, tão pouco com essas proporções, havia sido realizado, nessa universidade.

Apesar do pouco tempo que tínhamos para organizar o evento, espaços, dias e horários, atividades, convites etc., não nos esmorecemos diante das dificuldades e, conforme registra o site da universidade, bem como matéria rádio jornalística produzida pela Rádio UFG, realizou-se a *Primeira Semana da Visibilidade Trans e Travesti na UFG*, havendo mobilização considerável: 80 inscrições realizadas. No formulário de inscrição para participação nas atividades do evento, organizado por Caienne Reiner, membra do Coletivo, colheu-se e se têm em registro arquivado, dados como: nome, curso, identidade de gênero etc., de todas as pessoas inscritas. Um registro histórico e politicamente inestimável para a UFG, em tempos de ódio institucionalizado.

### **3.1.1 Manifesto Xica Manicongo: primeira enunciação pública do Coletivo**

Na abertura do evento, dia 23 de janeiro, no auditório da Faculdade de Letras/Cine UFG, a presença transgênera transbordou a visualidade padrão que eu via, observava e percebia há 8 anos, desde 2015, tendo me graduado nessa faculdade (2021). Por contrastes visuais, percebi a presencialidade trans, marcada, em todas as atividades da Semana. Uma transgenerização travestilizada e negrificada de uma visualidade produzida, enquadrada, semioticamente, e enredada historicamente.

Pessoas trans e travestis, mesmo adentrando à universidade, não o fazem sob as mesmas condições de pessoas cisgêneras, isso é estrutural. Às travestis negras, que mais prejuízos sócio-históricos enfrentam, está anteposto ao ingresso, persiste pós-ingresso e pós formação, pois “a marca da diferença persiste... num sistema regulado, modulado” (Krenak, 2018).

Foi num dia quente, numa tarde de janeiro, quente e seca. Tarde quando se pôde ouvir as vozes decoloniais descolonizadoras de travestis cerradeiras, águas do Cerrado e da Mata Atlântica em encontro confluyente de luta política por justiça social. Pude ver todo o auditório da Faculdade de Letras se corporalizar de presencialidades dissidentes, como antes não tinha. Homens e mulheres, transgêneros, transexuais e travestis, pessoas não binárias, pessoas cisgêneras.

Diante dessa corpa-potencialidade o manifesto do Coletivo Xica Manicongo-UFG foi lido e escutado, em janeiro de 2023, na abertura da *I Semana da visibilidade Trans e Travesti na UFG*, como primeira enunciação pública do Coletivo organizado em 2022, no retorno presencial, depois do distanciamento físico necessário por cuidado exigido pela Covid-19. A seguir, encontra-se, na íntegra, o manifesto lido.

### Manifesto Coletivo Xica Manicongo



**Fig. 1:** Retrato de Xica Manicongo. **Fonte:** agênciaaids.com.br

O Coletivo Xica Manicongo-UFG é o Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da Universidade Federal de Goiás. Vale ressaltar que o nosso Coletivo se propõe a ser uma organização de cunho político, assim como grupo de estudos e formação acerca de gênero e epistemologias trans e travestis. Destacamos a nossa condição de estudantes da UFG, pois é enquanto universitárias, discentes dessa universidade, que nos mobilizamos, enquanto Coletivo.

Com o retorno às aulas presenciais, em 25 de maio de 2022, depois de passarmos os anos mais amargos da Pandemia de Covid-19, o sentimento de retomada, tão expandido e vivido por muitos povos indígenas, passou a aquecer os nossos reencontros no campus da universidade. De todes que acreditam e lutam cotidianamente contra todo tipo de opressão, de discriminação e a favor da promoção de justiça social. Justiça social, esta, pelas quais nossos corpos, minorizados, porque não somos, nunca fomos, minorias, clamam há séculos. Desde a invasão colonial, do sequestro de nossas/os Ancestrais em África, e da escravização e violação de seus corpos físicos e simbólicos, dos estupros de mulheres negras e mulheres indígenas, da invasão e do roubo dos territórios originários. O Brasil inteiro é terra indígena!

Nos nossos (re)encontros, nós, trans e travestis, compartilhamos vivências sobre a universidade e sobre fora dela também. Nossas experiências são coletivas, comuns, a transgeneridade que marca nossos corpos nos coloca no limiar entre sermos ou

não reconhecidas como seres humanos. Em pleno 2023, ainda precisamos afirmar a nossa humanidade. A principal bandeira que levantamos é a luta pelo reconhecimento (em ação) das identidades trans e travesti (transvestigêneres) como público-alvo de ações afirmativas na UFG, tanto no âmbito da graduação, quanto na pós-graduação - para efeitos de: a) reserva de vagas; b) políticas afirmativas de promoção da permanência; c) acompanhamento para o pleno desenvolvimento acadêmico. Possibilitando assim a estas/es estudantes/discentes a continuidade de seu percurso formativo-emancipatório.

Oportunizar pessoas trans e travestis, porque só 0,02% da nossa população acessa o ensino superior, neste país. Porque somos o “tipo de pessoa” que é expulsa de casa, por familiares, por sermos quem somos. Ao “simplesmente” afirmar nossa existência-identidade. O momento histórico é oportuno para isso. Temos pela primeira vez, na história do Brasil, pessoas trans e travestis eleitas para o Congresso Nacional. Temos um Ministério do Direitos Humanos que diz “pessoas transvestigêneres, vocês existem e são valiosos para nós”. Temos, mesmo que dispersas, vozes que coam junto as nossas, por justiça social, por reparação histórica. Temos Xica Manicongo que, como enuncia a professora Jaqueline Gomes de Jesus:

O século XXI testemunha o ressurgimento da Xica, como símbolo, heroína, rainha, nas vozes e escritos dessa gente trans contemporânea, que a transforma em âncora desse barco que, pretende-se, prende-nos ao porto tão almejado de algo que se chama “cidadania”. Termo inseguro e assaz inconsistente, inalcançável há milênios para os grupos historicamente discriminados, esse “ser cidadã(ão)... Algo que almejamos por ainda sequer sermos consideradas “gente”. Nós que lutamos para ter reconhecida a nossa mulheridade, estatuto de nossa condição de mulheres, quando mulheres trans. Ou de homens, quando homens trans [...] Xica Manicongo é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, transvestigêneres! Pois o terreno fértil será para as vozes trans – transformadas em palavras. (Jesus, 2019, p. 258).

Viva Xica Manicongo e todas suas filhas travestis negras que reexistem como ela reexistiu ao ponto sua mensagem chegar até nós!

Viva todas as pessoas trans (transmaculinos, transfemininas e pessoas não-binárias!

Viva a nossa luta e todes aliades que se somam às nossas vozes!

Viva aos Movimentos Sociais e a todas as vozes que se ergueram para que hoje nós pudéssemos, mesmo sob tanta tensão, chegarmos até aqui!

Obrigada!

### **3.1.2 Estado de extrema vulnerabilidade social e prostituição compulsória de trans e travestis**

O primeiro dia do evento foi marcado por tensionamentos, travestis negras no auditório, prontas para falar, para ouvir e para protestar, principalmente. As condições a que estavam expostos esses corpos-existências, diante da ausência de políticas públicas de promoção de condições humanizadas de estudos para essa população foi a principal

propulsão tematizadora de tudo que pôde ser dito, falado, ouvido e denunciado com toda a potência transepistêmica de travestis negras racializadas, universitárias.

Narrativas e relatos de experiências foram expostos, pessoas, universitárias, cidadãs se expuserem com a mínima esperança de que fosse possível alguma ação efetiva no sentido de terem suas vidas, minimamente, mais humanizadas e, finalmente, dignificadas para seguirem seus estudos. A omissão se sobrepôs de forma desonesta a tudo que se expôs e principalmente àquelas que, corajosamente, mesmo tão prejudicadas, tomaram o turno da fala, para contribuir, com suas dores, sofrimentos, existências, à construção de políticas que promovam uma sociedade mais justa.

A prostituição compulsória foi tema central para se pensar a urgência reclamada na proposta da Mesa 1: *A Urgência de Políticas Afirmativas de Inclusão e de Permanência para Pessoas Trans\* na UFG*, do Coletivo Xica Manicongo-UFG. Compuseram e participaram ativamente da Mesa 1 travestis negras, racializadas, oriundas de famílias de baixa renda, expulsas de casa, de diversas formas, que transicionaram na universidade e entre seu percurso de graduação e suas transições se viram acometidas pela consciência dos significados implicados de ser uma travesti, de afirmarem suas transgeneridades. Muitas delas perderam, em alguma medida, seus vínculos familiares.

A cultura enviesada por uma base colonial judaico-cristã divide as famílias, insta pessoas à situação de rua, ao promover a expulsão dessas pessoas, de diversas maneiras, não só verbal, no sentido da ordem, mas o poder simbólico. Dessa maneira, uma pessoa trans/travesti pode ir sendo morta, aos poucos, até ao suicídio, estando “dentro de casa”, dessa casa que passa a não lhe pertencer mais, tão cedo tenha coragem de assumir-se nesse lugar pré-condenado e atacado em diversas enunciações público-sociais.

Tudo se seguia mais “tranquilo”, formal, a formalidade sistêmica ia orientando a mesa e o evento, até que chegou o momento de as travestis falarem, e digo as estudantes travestis, porque elas se colocaram na linha de frente, nos primeiros bancos do auditório. Elas falaram, ocuparam o espaço de fala com suas vozes e exerceram seu direito de dizer. Resta saber se houve escuta, se alguém se importou/se importa com o que elas falam/falaram. Quem escuta a voz e o dizer das travestis?

### **3.1.3 A Urgência de Políticas de Inclusão e de Permanência para Pessoas Trans na UFG.**

Uma travesti negra (A), coordenadora da Mesa 1, cumprimentou a todas, todos e todes, e deu início à Mesa, apresentando e chamando à composição suas membras e membros, pró-reitoras e pró-reitores da UFG. Assim foi composta a Mesa 1, intitulada *A Urgência de Políticas Afirmativas de Inclusão e de Permanência para Pessoas Trans na UFG*, mesa de abertura da *Primeira Semana da Visibilidade Trans e Travesti na Universidade Federal de Goiás*: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, Secretaria de Inclusão, Associação de Pós-Graduandos da UFG, representante da OAB, a única mulher trans representante institucional, líder do Obiah Grupo de Estudos Interculturais da Linguagem e da Gira Leodegária de Jesus da Faculdade de Letras, e (A) estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária, coordenadora da Mesa.

(A), travesti negra, estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária, numa universidade pública federal, no Centro-Oeste brasileiro, região de coronéis do agro, deu uma aula sobre as ausências e urgência de políticas públicas para pessoas Trans e Travestis no ensino superior para as pró-reitoras e pró-reitores presentes, compondo a Mesa. Projetando seu material, organizado para a apresentação, (A) discorreu sobre, pelo menos, seis universidades públicas que, autonomamente, como lhes preveem suas resoluções e documentos institucionais, já reservam vagas nos cursos de graduação para a população trans travesti.

### **3.2 Tome nota: proposta de inclusão da população trans/travesti no UFGInlui**

Um caminho foi proposto à UFG, desde o evento de 2023: o reconhecimento de suas e seus estudantes transgêneres, transexuais e travestis, como público-alvo de ações afirmativas, para efeitos de: a) reserva de vagas na graduação, b) políticas de promoção da permanência dessas pessoas, para fins de manutenção de condições mínimas de dignidade humana, garantia de moradia, higiene. Indicamos a toda a gestão presente que uma possibilidade seria a inclusão de nossa população no Programa UFGInlui, que existe desde 2008 e não contempla essa população.

Diferentemente do que preconizam os teóricos brancos ocidentais hegemônicos, ainda que não sejam heteros nem cis, com suas teorias modernas eurocentradas, (A) deu uma aula, a aula mais viva, organicamente corporificada em corporalidade travesti negra, que já vi uma travesti negra performar. Uma aula a todes, todas e todos presentes naquele

auditório, mas principalmente à Gestão Superior da Universidade Federal de Goiás, assertivamente sempre enunciando. “Tome nota”!

### 3.3 Negação do direito de à moradia

Naquele momento, janeiro de 2023, parte das estudantes não recebia “bolsa moradia” por ser da região metropolitana de Goiânia, apesar de não poder contar com suas famílias, pelas razões anteriormente expostas, pois a maioria das famílias é religiosa, de tradição judaico-cristã, o que torna suas casas lugares de insegurança, de asfixia dessas identidades, por meio de discursos e posturas de ódio, ambientes necro-transfóbicos: lugar de morte. Essas estudantes também não recebiam “bolsa de iniciação científica”, porque as seleções são organizadas com base em estruturas meritocráticas, portanto, excludentes.

Uma travesti negra (C) declarou ter precisado fazer “sexo oral” para adquirir um chinelo de dedo (havaianas). Ouvimos isso, todes, todas e todos, sem grande dificuldade, pois foi dito em tom audível, no microfone. O retrato do sistema: estudantes travestis negras e pessoas trans se prostituindo, para não desistirem de seus cursos, para sobreviverem, estando expostas à extrema vulnerabilidade social, agravada pela prostituição compulsória. Isso foi exposto com todas as implicações e dores/violências coloniais implicadas na exposição, diante da Gestão Superior da UFG.



Fig. 2: Primeira Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG. Fonte: Acervo do Coletivo Xica Manicongo-UFG (2023)

#### 4. A luta por justiça existencial contra a transfobia

Nesta seção, trago algumas das narrativas de violências transfóbicas e racistas, que são duplamente racistas ou exponencialmente racistas, narradas por estudantes travestis negras entre 2022 e 2024. Não devo me ater a isso, pois não é o objetivo principal deste artigo, todavia as trago para não me furtar à (d)enunciação e para que se tenha compreensão da gravidade de situações vividas pela população trans negra, em especial, mulheres trans e travestis, na UFG. Violências recorrentes, sistemáticas e sistematizadas, naturalizadas formas de desumanização em curso e atualização cotidiana.

##### *Transfobia no Instituto de Matemática*

Registro a (d)enunciação de (D), a qual numa de nossas transvivências, com um tom de desabafo, disse:

– “Eu só falo com o/a professor/a, em sala de aula”.

Ela vinha dizendo isso numa trama narrativa, sobre como foi voltar às aulas presenciais na UFG, depois de transicionar, ou seja, assumir socialmente sua identidade travesti. Confirmava:

– “Eu não converso mais com ninguém na sala de aula, eu não consigo. [...] É uó, lá no IME-UFG”.

Em referência ao Instituto de Matemática e Estatística-UFG, onde estudava. Ela cursava Matemática e transicionou no período da pandemia, aquele mais restrito, quando tivemos leis e decretos para garantir o distanciamento social, como os *lockdowns*. (D) vinha compartilhando suas angústias e era perceptível, visualmente, sua tristeza e desânimo, ao compartilhar o quanto era difícil permanecer no seu curso, naquela unidade acadêmica, em específico. Alguns dias antes, ela tinha ficado dias sem sair de casa e sem conseguir ir para o campus, nem para a aula nem para o RU (restaurante universitário) para se alimentar. O Instituto de Matemática e Estatística da UFG vinha sendo um lugar tão violento para ela que a desistência se tornava o óbvio e isso evidencia a transfobia estrutural denunciada aqui. (D) falava seriamente em desistir.

(D) recebia R\$500,00 de bolsa “auxílio pedagógico”, que servia para pagar o aluguel de uma casa compartilhada com mais 4 pessoas trans. Dizia que, antes, tinha um

emprego em uma escola privada, que perdeu em decorrência de sua transição e sentia, desde então, em seu corpo travesti racializado/negrificado, o peso da transfobia e do racismo interseccionados. Sem emprego e nessa situação de extrema vulnerabilidade social, ela compartilhava comigo o quanto vinha sofrendo, para tentar fugir da prostituição compulsória. Não há justiça social, porque não há justiça existencial, numa universidade pública, quando alguns grupos específicos de estudantes que compõem seu corpo discente sobrevivem sob a constante ameaça e assédio da prostituição compulsória, que agrava a condição de extrema vulnerabilidade social enfrentada por estas, já sem acesso à moradia.

### *Transfobia e racismo na Faculdade de Educação Física e Dança*

No dia 13 de julho de 2022, uma quarta-feira, próximo às 13h, encontrei com (E), uma irmã travesti negra, estudante de Dança na Faculdade Educação Física e Dança da UFG. Ela estava acompanhada de seu companheiro e me relatou que sofreu uma situação de racismo e de transfobia, sendo uma travesti negra periférica, na sua unidade acadêmica. A situação se deu em um grupo de WhatsApp da turma de uma disciplina que estava cursando, quando, após falar sobre alguns incômodos, a partir de seu lugar de existência, portanto, com pleno direito de fala, uma estudante, mulher-cisgênero-branca, enviou logo a seguir de seu áudio uma figurinha, de tamanho maior, de um macaco comendo uma banana.

Ela questionou a ação racista, num jogo discursivo-semiótico, trazido pela discente, elemento semiótico evidentemente relacionado ao discurso racista de animalização da pessoa negra, por meio da comparação com o macaco. A situação foi tratada, em sala de aula, e não houve posicionamento firme por parte do professor em deixar evidenciado que esse tipo de postura é inaceitável, seja na universidade ou em qualquer lugar, pois se trata de um crime.

O que poderia ser feito seria essa “universitária” ser denunciada e imediatamente, convocada pela justiça e pela universidade para prestar esclarecimentos, administrativa e judicialmente, respaldados seus direitos de defesa. Mas não foi o que se sucedeu, pelo contrário, não havendo posição e asserções objetivas e pontuais por parte do professor, o que prevaleceu depois do racismo e das “meias palavras”, em sala de aula, foi o constrangimento de nossa irmã por ver livre e confortavelmente uma branca lhe comparar a um macaco, na universidade.

No dia em que nos encontramos e ela me relatou tudo isso, sentadas juntas num banco do pátio da Faculdade de Letras, além de tudo ou antes mesmo de sentir tudo que senti, ouvindo suas narrativas, pude perceber o quanto ela estava abatida. Ela só falava em desistir. Essas pessoas não desistem, são expulsas e essa expulsão não está prevista nem declarada nem documentada nas resoluções e relatórios da UFG, não a princípio, mas está declaradamente pré-produzida e legitimada, inclusive pelo corpo docente, que não está livre das amarras coloniais, e pela postura institucional, fraca, anêmica e complacente com posicionamentos em salas de aula iguais a esse desse professor. Quantas outras coisas já aconteceram ou podem estar acontecendo no cotidiano das universidades públicas, com a anuência de docentes: com quantos constrangimentos se promove uma expulsão mascarada de desistência?

A figura docente universitária tem papel imprescindível no acolhimento ético-étnico e promoção do respeito às pessoas trans e travestis que acessam o ensino superior, ser referência na e para a universidade e toda sociedade. Mas não o é. O docente universitário, sim, do ensino superior público, com toda sua formação e premissas acadêmicas que lhe conferem tal lugar, historicamente viabilizado, majoritariamente, para homens cisgênero-brancos, pode ser tão maléfico e desumano como qualquer outra pessoa.

Recebi relatos de pessoas trans e travestis negras da UFG de situações transfóbicas sofridas por parte de discentes, docentes, assistentes sociais, diretoras e coordenadoras de pró-reitorias etc. (D), uma estudante travesti negra, desistiu da Matemática (IME-UFG) e foi para a Dança (FEFD) e diz que se sente mais humana na Dança, ainda que sejam “só seus primeiros dias”. Outra, (C), certa feita, pedia socorro, dizendo:

– “Não aguento mais desistir de disciplina por causa de professores transfóbicos”.

O quadro docente da UFG tem se revelado propenso à transfobia e a toda sorte de preconceitos discriminatórios. Seus títulos e afins não lhes conferem compromisso ético-político algum com a educação, a pesquisa a ciência, com o serviço à sociedade plural e diversa. Transfobias e discriminações enraizadas emergem no terreno fértil do cotidiano, do dia a dia, na convivência, onde se revelam as linhas, agulhas e novelos que enredam, estruturalmente, a experiência: corpo presença travesti negro.

### *Transfobia na Faculdade de Artes Visuais*

O lugar onde nos encontramos, de travestis negras, universitárias, cada uma a seu tempo e percurso, considero estratégico para a promoção e atualização dos debates e diálogos sobre direitos humanos e sobre questões de gênero e de identidades-diversas na pesquisa, na educação como possível caminho para se construir outras realidades.

Nas Artes, têm travestis nos cursos de Dança, de Arte Visuais, de Direção de Artes. Na Letras, têm travestis se licenciando em Letras: Português, Letras: Francês e Letras: Inglês. Têm travestis nas Ciências Sociais, estudantes trans na Faculdade de História, na Faculdade de Agronomia, nas Políticas Públicas, nas Artes Cênicas têm trans graduada, já fazendo mestrado na EMAC-UFG.

Minhas principais conversas com as travestis negras da UFG, quando topicalizei sobre episteme, potencialidade travesti, foram de uma fecundidade inenarrável. Não cabem nessa narrativa, no sentido de não poderem ser medidas suas extensões epistêmicas. Um coletivo de travestis negras, formal ou informalmente reunidos têm corpos-transpotenciais insubstituíveis para se pensar o marcador social da transgeneridade e suas implicações no corpo, sendo enunciadas ou denunciadas a partir do próprio corpo marcado pela diferença colonial escravagista judaico-cristã.

Em diversas áreas do conhecimento, a partir da oportunidade de presencialidade transgênera se têm uma estrutura cisgênero-cistêmica atravessada por um olhar transepistemológico. (C), travesti negra, me dava aulas de visualidades em conversas de cinco minutos, narrando sempre a sistematicidade escancarada e previsível marcada em todo o curso de Artes Visuais, desde seu prédio físico, espaço físico visualmente significado antropologicamente, ou seja, situado em um lugar de crença, valores etc., ao currículo, a teoria e as práticas que envolvem a pesquisa e o ensino sobre Artes-visualidades, às posturas e olhares que recebe, desde sua entrada no curso.

Houve um episódio, bastante tenso, em que ela narrava sobre transfobia sofrida na Faculdade de Artes Visuais da UFG, onde estuda. A professora doutora estava lhe tratando no masculino “ele”, “dele”, marcando na linguagem a negação, o desrespeito com ela, uma mulher travesti negra. Seu nome constava, como deveria, na lista de chamada, “C”, mas a docente insistia no tratamento masculino, na referencialidade, por meio do uso de pronomes, ao masculino, negando a identidade e a cidadania e, assim, ofendendo diretamente sua dignidade humana. A estudante, então, a interpelou acerca do tratamento indevido, obtendo como resposta da professora “que ainda estaria aprendendo

a lidar com sua pessoa” e “que a estudante negra travesti deveria ter paciência e mais compreensão, ser mais pedagógica”.

(C) me relatou que, na ocasião, a professora prestou uma reclamação sobre sua interpelação por respeito à sua identidade feminina, na coordenação do curso de Artes Visuais da UFG, ou seja, além de ser desrespeitada pela docente em sala de aula, teve sua interpelação “criminalizada”, no âmbito das relações de poder [administrativas]: docente e coordenação contra uma discente travesti negra, sobrevivendo na universidade, em extrema vulnerabilidade social, agravada pela situação de prostituição compulsória.

(C) relatara ainda que vinha desistindo de algumas disciplinas pela dificuldade de lidar com professores transfóbicos, disciplinas obrigatórias que impactam diretamente no tempo de conclusão do curso previsto pelo Projeto Político Pedagógico. Um atraso provocado sistematicamente pelo ódio, pela displicência, pela transfobia reiterada.

Aferir as consequências da transfobia contra as vidas trans e travestis não é tarefa fácil, tão pouco, simples e nunca o pode ser “desafetada” ou “neutra”. Os que produzem tais desumanizações o fazem afetadamente. É necessário produzir-se outras afetações. Transformações epistemológicas são possíveis a partir de des-re-alfabetizações, do tensionamento do sistema que está imposto.

Sendo a episteme indissociável do corpo, não se alcança transformação alguma, nem epistêmica ou qualquer outra almejada, senão pela diversificação de corpos nesses lugares, estratégicos e legitimados, como a universidade. É importante compreender que a diversificação de corpos significa diversificação de conhecimentos, de epistemologias, de cosmopercepções.

## **5. Do silêncio institucional à mobilização dos corpos-vozes: a ocupação Trans Travesti na UFG**

Depois da realização da Primeira Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG (2023), houve silêncio por parte da UFG, por pelo menos dez meses, e se passou quase um ano depois de tudo que denunciemos diante da Gestão da UFG naquele evento. Entretanto, um fato histórico e sem precedentes viria a reborbulhar a luta da população trans travesti na universidade, marcado como a *Ocupação Trans Travesti no Consuni-UFG*, em 1 de dezembro de 2023.

Estudantes trans travestis do *Coletivo Xica Manicongo-UFG* se mobilizaram, junto a outros estudantes da UFG, que haviam ingressado e que ainda não conheciam ou

não participaram ainda de nossas reuniões e, ainda, a outras/os estudantes da UFG, aliados/as, membros/as do Diretório Central de Estudantes (DCE-UFG) e ocuparam a reunião do Conselho Universitário da UFG naquele dia. Com cartazes, protestos, seus corpos políticos e vozes unidas pediam, mais uma vez, à UFG, as cotas trans na graduação, não só isso, mas que, com isso e partir disso, se reconhecesse a população trans travesti, principalmente as/os negras/os e periféricas/os, como público-alvo de ações afirmativas de promoção da permanência desses corpos na universidade.



Fig. 3: Ocupação do Consuni-UFG por estudantes Trans Travestis. Fonte: Acervo do Coletivo Xica Manicongo UFG (2023)

Outra ocupação importante aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2024, marcado pelo evento histórico ocorrido no Gabinete da Reitoria-UFG, uma reunião não agendada na oficialmente, mas conquistada por corpos políticos mobilizados e uma polifonia aliada. Uma luta que se somou à luta e encorpou o coro iniciado pelo Coletivo Xica Manicongo-UFG, em maio de 2022, quando vinha nascendo em cada encontro, cruzamento, contatos entre corpos-existências transgêneres, no território da universidade.

Havia uma reunião do Conselho Universitário-UFG, agendada oficialmente na instituição, mas cancelada, e toda a expectativa que tínhamos de resposta quanto à demanda de inclusão de pessoas trans por meio de cotas na graduação e de outras políticas necessárias às condições mínimas de dignidade humana de permanência, fora frustrada com a notícia do cancelamento. Todavia, a essa altura, já estávamos todes mobilizadas novamente e as ações de ocupação do Consuni foram responsáveis por esse novo avivamento político, após termos passado o período de exaustão e de silenciamento institucional.

Quando recebi a notícia do cancelamento, e sabendo que tinha estudantes mobilizados para o Consuni, então decidi convocar todo o Coletivo Xica Manicongo-UFG para entrar na reitoria, a fim de termos respostas sobre tudo que já estava posto e exposto até aquele momento, nossas demandas, dores, sofrimentos cotidianos, nossa fome, nossa necessidade de moradia. Diante de tudo isso, esperanças, em busca de um ato político institucional que nos desse de volta alguma fé na instituição pública e em seus compromissos éticos-políticos com uma sociedade mais justa.

Entramos na Reitoria. Quando eu cheguei no Gabinete, havia um estudante do DCE me aguardando e logo foram chegando outros/as estudantes do Diretório, do Coletivo Xica Manicongo e do Movimento Correnteza. O vice-reitor nos recebeu e logo foram chegando tantos estudantes e gestores que a sala de reuniões ficou cheia. A reitora chegou, sentamo-nos à mesa e ela explicou, a princípio, o motivo do cancelamento da reunião do Consuni, que tanto aguardávamos. No ápice da reunião, tínhamos pelos menos quinze estudantes transgêneres na sala que com aliados/as se somavam quase trintas estudantes.



Fig. 4: Estudantes Trans Travestis em reunião com a Reitora da UFG. Fonte: Acervo do Coletivo Xica Manicongo-UFG (2024)

Nessa reunião, retomamos tudo o que vínhamos enunciando desde maio de 2022, nas transnarrativivências de nossas transvivências. Retomamos a *Primeira Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG*, a *Ocupação do Consuni*, os diálogos em andamento, entre a reitoria e estudantes que estavam sem moradia e em situação ainda não legalizada na Casa de Estudantes. Uma conversa tensa, tensionada, mas necessária, que culminou em um posicionamento histórico da reitoria da UFG. Seus desdobramentos se verificam a partir da nota oficial publicada pela reitoria em seu site no mesmo dia:

Reafirmando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, da educação pública, gratuita e de qualidade, e, especialmente, da sua dedicação em promover a equidade, em todos os seus níveis, a Reitoria da Universidade Federal de Goiás informa que está comprometida com as demandas das pessoas trans/travestis, que estudam na instituição. Nesse sentido, foi estabelecido no dia 2/2, o compromisso da gestão com as seguintes demandas, consideradas imperativas, necessárias e urgentes, para garantir o ingresso e permanência e inclusão dessa população na universidade:

- Encaminhar minuta de resolução visando a reformulação do Programa UFGInclui, prevendo vagas para estudantes trans/travestis, a começar pela reunião da Câmara de Graduação, no dia 26/2 e, em seguida, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepec) e Conselho Universitário (Consuni);
- Lançar edital específico de auxílio moradia para estudantes trans/travestis, cuja proposta será apresentada dia 16/2;
- Apoiar a realização de um programa de letramento anti transfobia para a comunidade universitária.

Fonte: Secom/UFG

Saímos muito entusiasmadas desta reunião, das escutas que se estabeleceram, não se furtando às nossas vozes. Eu, particularmente, estava exausta, não havia almoçado naquele dia, na correria de irmos de repente à Reitoria.

### **5.1 Efetivação dos compromissos firmados: os editais de Bolsa Moradia Trans**

Os compromissos firmados pela instituição com estudantes trans travestis da UFG, finalmente, começaram a se efetivar. Foi publicado o primeiro edital de Bolsa Moradia Trans, em 26 de fevereiro de 2024, o Edital N° 94/2024, *Ações Afirmativas para Pessoas Trans e Travestis com Necessidade de Moradia*. Houve comemoração por parte do Coletivo e muitas estudantes em situação de extrema vulnerabilidade social agravada pela prostituição compulsória premente passaram a reacreditar no cumprimento dos direitos, na instituição pública e em suas ações possíveis e já previstas pelo ordenamento constitucional. Um aceno à dignidade humana e uma primeira vista à cidadania tão almejada estava sendo dado.

Como fundadora e coordenadora-geral do Coletivo Xica Manicongo participei da escrita do primeiro edital de *Moradia Trans*, garantindo nele os critérios de elegibilidade para acesso à política, em conformidade com os fundamentos do Coletivo que pensam as demandas de estudantes trans, imediatamente interseccionadas com a racialidade e situação socioeconômica. Doze estudantes trans passaram a receber a bolsa moradia trans. Fui designada a compor a *Comissão de Acompanhamento* dessa política sem precedentes na UFG.

Em agosto de 2024, fiz, junto ao Coletivo, um levantamento de *Demandas por Bolsa Moradia Trans*, com nomes, números de matrículas e racialidade, autodeclaradas. Esse documento foi assinado por mim e enviado à Secretaria de Inclusão e à Reitoria da UFG. Houve, ainda, algumas reuniões de articulação política, para possibilitar a publicação de um novo edital que contemplasse estudantes que entraram na UFG depois do primeiro edital, além de outros, que, por quaisquer motivos, tivessem agora tal demanda.

Em outubro de 2024, foi publicado o edital UFG nº 448/2024 *Transepistemologias: ações formativas e promoção de direitos a estudantes trans e travestis na UFG*, ofertando mais quatro bolsas no valor de R\$700,00 para garantia de moradia de estudantes trans travesti da UFG. Foram dezesseis bolsas moradia trans conquistadas em menos de um ano. O que soma mais de cem mil reais de dinheiro público, finalmente, para essa população tão vulnerabilizada que, sob a invisibilização e inação da universidade, estava se mantendo na universidade em condições degradantes.

## **5.2 Efetivação dos compromissos firmados: a inclusão de estudantes Trans no UFGInclui**

Uma das mais relevantes conquistas da população transvestigêneres da e na UFG, quando houve a Ocupação Trans no Consuni, foi a retomada da proposta de inclusão dessa população no Programa UFGInclui, proposta pioneira apresentada pelo Coletivo Xica Manicongo-UFG, em janeiro de 2023, e retomada nesse ato. Os tempos, atores envolvidos e as lutas e conquistas dos Movimentos Sociais que abriram caminhos para a inclusão da população negra, no Brasil, contribuíram para esse feito. Muitas travestis e pessoas trans estudantes da UFG e de outras universidades públicas são frutos da Lei 12.711/2012, a “Lei de cotas”, como eu mesma, que ingressei na graduação em 2015, pela reserva de vagas para pessoas negras.

A decisão da reitoria de deliberar o início do processo de revisão do programa de inclusão foi fundamentada no princípio da “Dignidade Humana”, principal argumento político da coletividade trans, que mesmo dentro da universidade pública, não se via livre da miséria produzida contra nós. Conforme afirma Jesus (2019, p. 258):

[...] prende-nos ao porto tão almejado de algo que se chama “cidadania”. Termo inseguro e assaz, inconsistente, inalcançável há milênios para os grupos historicamente discriminados, esse “ser cidadã(ão)... Algo que almejamos por ainda sequer sermos consideradas “gente”.

O que primeiro buscamos fazer foi lembrar à alta gestão da UFG que nós somos pessoas humanas, para, a partir daí, termos alguma possibilidade de sermos reconhecidas como cidadãs/ãos de direito. Foi instituída uma comissão para organizar essa primeira revisão do Programa UFG*Inclui*, marcaram-se as datas, a proposta deveria ser passada pela Câmara de Graduação da UFG e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC-UFG). No dia 26 de fevereiro de 2024, ocorreu a reunião da Câmara de Graduação e eu fui convidada a fazer sustentação oral, a respeito da minuta apresentada pelo Pró-Reitor de Graduação, prof. Israel Elias Trindade. De forma objetiva, ele mostrou a alteração proposta, que, em resumo, foi o acréscimo, para incluir, de um grupo minorizado, extremamente vulnerabilizado, ainda excluído do programa de inclusão da UFG.

Eu, uma travesti, negra favelada, que estive em situação de rua, no caminhar, ou nos tropeços da vida, que a cisgeneridade me forjou, me vi diante de doutores/as, incluindo duas de minhas professoras da graduação, da Faculdade de Letras. Depois de minha fala, uma delas pediu a palavra e reafirmou a relevância da ação proposta a ser apreciada, o que foi fortalecedor, sendo uma mulher cisgênero privilegiada, em relação à tantas outras mulheres (cis e trans), não se furtou ao testemunho e testificou ante ao colegiado reunido a potencialidade de pessoas trans, para tudo o que produzimos na universidade e, por conseguinte, podemos entregar à sociedade brasileira e além. Dessas realidades está constituída a memória trans, que subverteu os tempos e conectou a transgeneridade deste e neste século, à Xica Manicongo, nossa transcestral no século XVI.

No mesmo ano, no dia 8 de março, o *Dia Internacional das Mulheres*, data significativa para toda a população trans, principalmente às mulheres trans e travestis, houve uma segunda apresentação para apreciação da minuta de inclusão de pessoas trans no UFG*Inclui* e, mais uma vez, fui convidada e estive presente para fazer sustentação oral

a favor da proposta que, a partir de então, só restava passar pelo Conselho Universitário, onde e quando, sim, seria votada para ser aprovada ou não.

Finalmente, no dia 22 de março de 2024, o Conselho Universitário-UFG – Consuni – aprovou por unanimidade a alteração da Resolução do Programa UFG*Inclui* para a inclusão de pessoas trans como público-alvo de reserva de vagas. Registro, aqui, como se poderá perceber, a celeridade e a atenção devidas que foram dadas pelas/os envolvidas/os, considerando a deliberação de 2 de fevereiro ou ainda à Ocupação Trans, de 1º de dezembro de 2023, o que somariam, a partir dessa última, quatro meses do processo, a contar por essa retomada, e reefervescência política do tema/demanda.

Em 2024, pela primeira vez, o edital do Programa UFG*Inclui* cita as “Pessoas Trans (transexuais transgêneras ou travesti)” como público-alvo a ser atendido com reserva de vaga nos cursos de graduação da UFG. Uma conquista relevante para toda a sociedade brasileira, goiana, goianiense e, sim, para a humanidade. Tal ação, fruto de um tensionamento histórico, de vozes doloridas, feridas pela colonialidade escravagista judaico-cristã, marca a firmeza institucional, a partir de atores efetivamente comprometidos com os termos e significados que orientam a constituição, o acordo e a construção de uma sociedade mais justa equânime e desenvolvida.

A descrição do edital foi assim estabelecida: “Edital nº 25/2024 “Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos de Graduação do Programa UFG*Inclui* – Indígenas, Negros(as) Quilombolas e Pessoas Trans (Transexuais, Transgêneras ou Travestis) – 2025”. A publicação desse edital foi emocionante, porque mostra que ocupar, coletivamente e organizadas, os espaços, é importante para defender e fazer valer os direitos das pessoas trans travestis.

### **5.3 Segunda Semana da Visibilidade Trans Travesti na UFG**

A II Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG foi realizada entre os dias 8 e 12 de abril de 2024. Esse segundo evento foi organizado e executado pelo Coletivo Xica Manicongo-UFG, com o apoio da Secretaria de Inclusão-UFG, do Obiah Grupo de Estudos Interculturais da Linguagem e Gira Leodegária de Jesus (FL/UFG) e da Direção da Faculdade de Letras.

O Evento, já marcado por conquistas de políticas públicas na UFG, teve a Mesa de Abertura intitulada de *Políticas Públicas para Estudantes Trans Travestis na UFG: Avanços e desafios*. Foram realizadas mesas, debates e diversas atividades culturais como

a *Ball Xica Manicongo*, realizado por diversas pessoas trans que além de estudantes da UFG fazem parte da *cultura de baile*. Foi mais uma semana de atividades de lutas e desafios, em evento pioneiro nesta universidade, dando seguimento aos trabalhos iniciados na *Primeira Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG*, de 2023.

Particpei durante três dias e fui representar o Coletivo e o estado de Goiás no 9º Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras, realizado pelo FONATRANS, entre os dias 11 e 14 de abril de 2024, sob a presidência da senhora Geovanna Baby, matritraviarca do movimento político de pessoas trans organizado no Brasil, que figura entre importantes símbolos históricos para a população trans desde a década 1970.

Estive com Geovanna Baby, com Keila Simpson e Bruna Benevides da ANTRA, com a deputada estadual do Sergipe Linda Brasil e outras pessoas trans superpotentes. Vivenciamos um evento afetuoso e cheio de vida nos ousando a se contrapor à expectativa de morte que nos rodeia. Meu corpo travesti negra favelada situando a UFG e Goiás nas lutas nacionais pelo direito à existência e à cidadania das pessoas trans travesti e contra transfobia.

### **Considerações Finais**

O direito à luta por justiça existencial e social é um direito legítimo e deve ser reconhecido e respeitado. A “ocupação” de espaço e dos espaços, como estar coletivamente no Consuni e no Gabinete da Reitora, representar o Coletivo Xica Manicongo, uma coletividade política, foi fundamental para *transformar* o espaço UFG.

As duas edições da *Semana da Visibilidade Trans Travesti da UFG* e as ocupações do Consuni e da Reitoria levaram ao edital de Bolsa de Moradia Trans e à revisão do Programa UFGInclui, bem como à nossa participação na construção do edital de Bolsa de Moradia Trans, na revisão da Resolução Consuni, Programa UFGInclui, e do primeiro edital com a inclusão das pessoas trans no Programa UFGInclui. A militância ou o ativismo político constroem políticas públicas muito importantes, porque as políticas públicas somente são realmente efetivas e eficazes para atender, de fato, as demandas das coletividades quando são elaboradas pelas próprias coletividades atendidas.

Minha proposta de transepistemologia de sobrevivência, pela assumência da existência, previamente condenada, é a ação, o ato, a atividade de conexão de vozes-existências dissidentes. Faz-se necessária a coenunciação, entrelaçada pela coletividade

marcada em suas transvivências, criando uma polifonia (d)enunciativa da estrutura que se antepõe às instituições democráticas e de direito no Brasil.

A militância ou o ativismo político constroem conhecimento, teorizam, de dentro de sua própria vivência, a partir de seu existir, contra toda forma de destituição de sua dignidade, de sua humanidade, de sua existência. As militantes, ativistas trans travestis negras faveladas periféricas não teorizam *sobre*, teorizam umas com as outras *de dentro* de suas próprias entranhas entranhadas e entramadas.

A colonização euro-judaico-cristã escravagista e seus (d)efeitos de desumanização e hierarquização entre pessoas, as consideradas “adequadas” ou não para estarem em certos lugares e participarem de atividades específicas, é uma ferida fétida e necrosante, aberta e quase não tratada, mas continuamente mantida e “magoada”, intensificada por atos, posturas e significados, nas instituições educacionais, em todos os níveis e esferas administrativas, da educação básica ao ensino superior.

Esta narrativa ratifica, com todas as suas implicações e conquistas, que se desdobram, nunca pacificamente, mas violentamente, dada a tensão estabelecida entre autores/as desses debates, a hierarquização que atravessa e loca a esses corpos, o poder de *transformação* de realidades sociais, através da mobilização política de grupos minorizados, historicamente violentados e amordaçados, para não dizerem nada, para aguentar e engolir tudo, calados.

Somos sementes de Xica Manicongo, a nossa transcestral do Congo, de África, em seu lugar de (d)enunciação, nessa terra colonizada (sequestrada, escravizada, perseguida e ameaçada), legou-nos a luta, a resistência, mas também a estratégia: a coletividade, a aliança, a soma, o diálogo e a interlocução. Foi se (re)encontrando, se ajuntando, escutando-se, transvivendo e transnarrativivendo nossas vidas, nas transnarrativivências (Autora, 2024) que nos constituem que encontramos a força transcestral coletiva, inspirada em Xica Manicongo, a primeira travesti preta ladina amefricana de que se tem notícia nisso que chamamos hoje de Brasil.

Certas/os/es de que nossa pequena e iniciante história enquanto Coletivo Xica Manicongo-UFG possa contribuir com o fortalecimento, a emergência de outras ações e coletividade tão necessárias para a salubridade dos ambientes de educação para todas as pessoas, bem como demais espaços e direitos básicos, referentes à humanidade e à cidadania, considero fundamental que, efetivamente, seja construída, em todas as universidades públicas e em todos os espaços sociais e educacionais, uma inclusão

“radical”, que só pode se dar no exercício cotidiano de: a) reconhecimento - das colonialidades institucionais; b) revisão - de todas as práticas flagrantemente fundamentadas nessas colonialidades; c) reeducação - a partir da revisão para não errar mais, não ferir mais do que já se está ferido; d) inclusão epistêmica - assumir toda a potencialidade epistêmica, artística, cultural, humana, de grupos outreficados pela colonização; e, finalmente, e) transformações epistemológicas - com honestidade epistêmica, permitir-se deslocar-se de seu “centro-lugar” construído historicamente sobre o genocídio e o epistemicídio de povos diversos e originários.

### Referências

ANTRA. *Nota da Antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans*. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 10 maio 2023.

ENGELMANN, Larissa. *Problematizações sobre as políticas de promoção da permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás*. 2021. 41 f. (Monografia de Graduação) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*. 2021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/viewFile/41817/29703>

KRENAK, Ailton. *A presença indígena na universidade*. Maloca. revista de estudos indígenas | Campinas, SP | n. 1 | v. 1 | pp. 9 - 16 | jul. - dez. de 2018.

UFG – *Resolução CONSUNI No 29/2008*. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Resolucao\\_CONSUNI\\_2008\\_0029.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf)

UFG – *Resolução CONSUNI N° 14/2014*. Disponível em: < [https://sistemas.ufg.br/consultas\\_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CONSUNI\\_2014\\_0014.pdf](https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2014_0014.pdf) >. Acesso em: 10/10/2024.

UFG – *Resolução CONSUNI*. Disponível em: < <https://reitoriadigital.ufg.br/n/164185-consuni-aprova-o-uso-de-nome-social-em-diplomas-e-documentos-oficiais-na-ufg> > Acesso em: 10/10/2024.

UFG – *1º Edital de Bolsa Moradia Trans*. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/1eJ2c8\\_JSvhZb-Y7Q6ewoIEFlmv67Ft\\_R/view](https://drive.google.com/file/d/1eJ2c8_JSvhZb-Y7Q6ewoIEFlmv67Ft_R/view) >

UFG – *2º Edital de Bolsa Moradia Trans*. Disponível em: < [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1330/o/SEI\\_4889229\\_Edital\\_448.pdf?1728601076](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1330/o/SEI_4889229_Edital_448.pdf?1728601076) > Acesso em: 10/10/2024.

1) Aprovação Consuni: <https://ufg.br/n/180067-ufginclui-vai-contemplar-pessoas-transgeneras-transexuais-e-travestis>

2) UFGInclui (2025) 1º edital da UFG contemplando pessoas trans para reserva de vagas: [https://sistemas.institutoverbena.ufg.br/2025/ps-ufg-inclui/sistema/arquivos/anexos/EDITAL - UFGInclui NOI 2025.pdf](https://sistemas.institutoverbena.ufg.br/2025/ps-ufg-inclui/sistema/arquivos/anexos/EDITAL_-_UFGInclui_NOI_2025.pdf)